



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639369 - SP (2021/0006960-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANDREIA REZENDE TINANO - MG157372
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS GUSTAVO BRAGA RIBEIRO (PRESO)
CORRÉU : VERONICA DOS SANTOS VIANA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIS GUSTAVO BRAGA RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2218653-37.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, desde o dia 9/9/2020, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta inidoneidade da fundamentação que decretou a prisão preventiva, nulidade da prisão preventiva baseada exclusivamente em denúncia anônima, ausência de indícios suficientes de autoria, desproporcionalidade da prisão preventiva - pequena quantidade de droga e crime sem violência ou grave ameaça e risco de contaminação advindo da pandemia da covid-19.

Requer a "concessão da liminar para determinar a expedição do alvará de soltura, reconhecendo o direito à liberdade e, ao final, postula que seja concedida a ordem de Habeas Corpus, para reconhecer a nulidade da prisão provisória, determinando-se o seu relaxamento, ou, subsidiariamente, o direito de aguardar em liberdade o trâmite que envolve a persecução penal em apreço, com a confirmação da liminar" (fl. 10).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente